



Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

Jéssica Aparecida Tomaz

Educação especial e os desafios da inclusão escolar: uma revisão de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021.

Mariana

2022

Jéssica Aparecida Tomaz

Educação especial e os desafios da inclusão escolar: uma revisão de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021.

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientação: Marco Antônio Melo Franco

Mariana MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

T655e Tomaz, Jessica Aparecida.

Educação especial e os desafios da inclusão escolar [manuscrito]: uma revisão de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021. / Jessica Aparecida Tomaz. - 2022.

16 f.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Melo Franco.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Educação inclusiva. I. Franco, Marco Antonio Melo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 376

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Jéssica Aparecida Tomaz

EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO DE ARTIGOS PUBLICADOS
NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2021

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 17 de junho de 2022.

Marco Antonio Melo Franco, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 17/06/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Melo Franco, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/07/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0361609** e o código CRC **701C71DD**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui, e vivenciar diferentes experiências de fé durante esses anos de graduação. Agradeço também a minha família, em especial aos meus pais João e Maria do Carmo e ao meu irmão Marques pela paciência, preocupação e suporte que sempre me deram ao decorrer de minha trajetória de graduação.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte de minha formação, permitindo que eu vivenciasse inúmeras experiências, principalmente educacionais, contribuindo com o meu processo de aprendizagem, em especial meu orientador que mesmo com os desafios do retorno das atividades presenciais pós pandemia e ensino remoto não mediu esforços para me auxiliar na elaboração desse trabalho.

Agradeço também a minha instituição, a Universidade Federal de Ouro Preto, por ter me fornecido ferramentas suficientes para que eu chegasse até aqui de forma satisfatória.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os desafios presentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns a partir de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021. O estudo tem como hipótese de que a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular demanda um conjunto de ações e mudanças de postura de professores e outros profissionais da educação para que ocorra uma inclusão eficaz desses alunos. Para isso, foi realizado uma revisão sistemática acerca dos artigos publicados na revista acima citada utilizando os descritores educação especial; desafios; e ensino regular e selecionados aqueles que apontassem alguns desses desafios e, utilizado também outros autores que nos permitiram realizar um apanhado histórico sobre a educação especial no contexto da inclusão escolar, os avanços no que tange as legislações que estabelecem os direitos da pessoa com deficiência, a diferença entre inclusão e integração, e por fim apresentado esses desafios.

Palavras- chaves: Educação especial. Desafios. Revista Brasileira de Educação Especial. Ensino regular.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 APANHADO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	6
3 INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO	8
4 MÉTODOS.....	9
5 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS	14

1 INTRODUÇÃO

Percebemos, nos últimos anos, uma significativa transformação no que se refere a inclusão social, tornando-se esse um desafio em diversos contextos sociais. No âmbito educacional essa situação não se difere. A escola é um espaço em que as práticas educativas devem contemplar a inclusão, sendo de suma importância que as políticas de inclusão façam parte do cotidiano escolar.

Porém, nota-se que a prática de inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino ainda é um grande desafio, principalmente, nas escolas comuns, pois requer que os paradigmas existentes sejam repensados, bem como toda a estrutura física e qualificação dos profissionais, afim de garantir a equidade de oportunidades no acesso aos processos educacionais e assegurar que todos os alunos sejam atendidos conforme suas especificidades.

Devemos salientar que é inquestionável o direito da pessoa com deficiência participar dos diferentes ambientes sociais e escolares, em específico as escolas de ensino regular. Sendo esse, um direito assegurado por lei, como visa a chamada LBI (Lei Brasileira de Inclusão), de Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que em seu artigo 4º diz que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. (BRASIL, 2015). Além da LBI possuímos outros instrumentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 que afirma em seu Capítulo III, art. 4º, inciso III, que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2015), e também temos a Constituição Federal de 1988 e Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva de 2008.

Portanto, percebemos que são diversos os mecanismos que garantem o acesso de pessoas com deficiência às escolas, principalmente as de ensino regular, e asseguram sua permanência sem discriminação atendendo suas especificidades. Porém, quando trazemos à realidade notamos que nem sempre esse direito é garantido. Além disso, percebemos que a formação de muitos profissionais que ali atuam ainda é insuficiente. É preciso ressaltar, ainda, a precariedade da estrutura física de muitas das escolas, a ausência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), a ausência de recursos didáticos que facilitem o ensino, como também a necessidade de se desconstruir a visão estereotipada que se tem dos alunos com deficiência atribuindo a eles a incapacidade para participarem do cotidiano escolar.

Nesse sentido, para compreender melhor esse fenômeno e os desafios, se faz necessária a elaboração de uma pesquisa que nos auxiliem em parte dessa compreensão. Nessa perspectiva, a problemática que aqui se apresenta refere-se ao seguinte questionamento: Quais os desafios presentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns? E, para identificar esses desafios realizaremos uma investigação, em artigos publicados na revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021.

Para a seleção dos artigos da revista, foram utilizados os seguintes termos de busca em português: “educação especial”, “desafios” e “ensino regular”. E, após a busca e filtro foram selecionados 6 artigos os quais serão discutidos nesse artigo.

2 APANHADO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

A educação especial no Brasil teve sua base histórica estabelecida somente no final do século XIX. Enicéia Mendes (2010) explica que foi somente com a criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e do Instituto dos Surdos - Mudos em 1857, sob a direção do mestre francês Edouard Huet que há o ponta pé inicial em nosso país.

Porém nesse período, a educação é tratada com um grande descaso, existindo pouquíssimas políticas públicas que garantissem o acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas. Apesar do movimento Escola-novista ganhando força no Brasil, com o viés de criticar a pedagogia tradicionalista e a discriminação, existe uma grande contradição a esses princípios, pois os critérios estabelecidos para realizar os diagnósticos dessas pessoas enfatizam as características individuais, fomentando as desigualdade e impossibilitando o acesso à educação, uma vez que após o diagnóstico muitos não enquadravam aos requisitos estabelecidos e eram excluídos.

Com toda essa dificuldade em adentrar ao sistema de ensino, principalmente as escolas de ensino comum, surgem as instituições filantrópicas na 2ª República, como a Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954, com o objetivo de oferecer atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, afim de suprir a demanda de atendimento visto que havia um grande desinteresse por parte do governo na educação de pessoas com deficiência.

Foi somente após a década de 60, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que são efetivadas as ações do poder

público na área da educação especial, quando em seu artigo 88, garante que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.”(BRASIL, 1961), através deste podemos identificar uma preocupação na inserção de pessoas com deficiência na comunidade e em como se dará o processo educacional dos mesmos, tendo em vista que as organizações filantrópicas e instituições especializadas existentes já não conseguem atender a todos, passando a ser necessário um maior suporte do Estado.

Com a promulgação da LDB de 1961 e os dizeres de seu artigo 89 nota-se um crescimento na existência de instituições filantrópicas, devido à ausência de uma mobilização da educação pública e em razão do referido artigo afirmando que “Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”(BRASIL, 1961) criando-se assim uma parceria entre o governo e essas instituições que passam a serem custeadas muitas das vezes com recursos da assistência social, o que retirava o caráter educacional e ganhava um viés mais assistencialista.

Em 1970, segundo Mendes (2010), surgem os primeiros cursos para professores em nível superior e os primeiros programas de pós-graduação na área da Educação Especial, afinal vê-se a necessidade de especificação, tendo em vista que aumenta-se a preocupação com a educação de pessoas deficientes, e conseqüentemente a urgência em formar pessoas capacitadas para atuar como profissional para tal.

A partir da promulgação da Constituição em 1988 se volta um pouco mais o olhar para a educação especial apontando para uma perspectiva, de certa maneira, na perspectiva da inclusão. O artigo 208, inciso III garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Contudo, a Educação Inclusiva passou a se efetivar e ganhar maior espaço no âmbito público educacional a partir da Declaração de Salamanca (1994) que foi um documento gerado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha que exige que

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de

outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Salamanca,1994).

Em 2006 há a homologação da convenção internacional da Assembleia da Organização das Nações Unidas, cujo objetivo é garantir e assegurar à pessoa com deficiência seus direitos públicos, aumentando o respeito e diminuindo as desigualdades, além de estabelecer princípios de acessibilidade, igualdade de oportunidades, inclusão na sociedade, dentre outros. No Brasil, essa convenção é promulgada através do decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 garantindo que

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24). (BRASIL,2009)

Posteriormente, temos a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008 que possui foco nas ações pedagógicas, em como garantir o direito ao acesso à educação as pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sua permanência, assegurando a inclusão nesses espaços, a formação profissional e expandindo para a acessibilidade em outros espaços como transporte e mobiliário. A PNEEPEI visa também a inserção dessas pessoas na sociedade e a participação da família nessa construção.

Nota-se que as disposições legais há muito defendem a redução de mecanismos de exclusão, disparidades de oportunidades e retenção de alunos com deficiência em escolas públicas e privadas, porém

Os direitos conquistados, contudo, precisam ser implementados. Transitar de uma esfera legal, burocrática, representativa para a esfera viva, encarnada e conflituosa das relações e instituições sociais é um processo que não ocorre de maneira lógica, linear, causal, muito menos tranquila. De fato, as conquistas e os avanços legais são instrumentos formais de luta e, ainda que não garantam plenamente as mudanças necessárias, eles impulsionam a inserção e a presença de novos atores no cenário escolar. (MANTOAN; LIMA, 2017, p.2)

E, por isso se faz necessário pensarmos nos desafios presentes na inserção desses alunos nos dias atuais, principalmente das escolas de ensino regular.

3 INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO

Para introduzirmos o termo inclusão devemos diferenciá-lo do termo integração. Podemos identificar que em diversos ambientes escolares o que ocorre é

a integração dos alunos com deficiência, sendo esse um processo ineficiente e excludente quando tratamos de educação especial.

O processo de integração se refere a inserção dos alunos com deficiência que por alguma razão foram excluídos das escolas de ensino comum, porém o ambiente escolar não se adapta para atender as especificidades desses, fazendo com que esses alunos tenham que mudar para se adaptarem às suas exigências. (Mantoan, 2015)

Enquanto isso, a inclusão é um processo mais radical, em que não somente se preocupa com a inserção daqueles alunos que por alguma razão foram excluídos do sistema de ensino, mas vê-se a necessidade de termos todos os alunos frequentes no ensino regular. Salientando que as suas especificidades deverão ser atendidas, tais como a existência de uma estrutura física voltada para uma maior acessibilidade, havendo uma preocupação com a formação docente, onde o público alvo não se resume a apenas alunos com deficiência, mas também desde 2008 com a homologação do PNEEPEI, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. E, sua implantação geram inúmeros desafios as escolas, principalmente as de ensino regular, pois uma série de adaptações. (Mantoan, 2015).

Portanto, considerando a importância de se conhecer em partes sobre os desafios existentes no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular, definiu-se como objetivo desse trabalho descrever e analisar artigos que tratem sobre essa temática.

4 MÉTODOS

Os estudos aqui apresentados são referentes a uma revisão sistemática, ou seja uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema (Sampaio e Mancini, 2007), de abordagem qualitativa, definida como sendo um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell 2010), portanto torna-se a mais ideal e adequada para tal. Nesse caso, foram utilizados artigos da Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2017 a 2021 como fonte.

Para a busca desses artigos, foram utilizados como descritores em português: “educação especial”, “desafios” e “ensino regular”. A escolha desses descritores se deu devido a temática que aqui busca-se melhor compreender, sendo: Quais os

desafios presentes no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns?

Foram selecionadas as pesquisas que apresentaram os descritores em seus títulos, resumos ou palavras-chave. E, excluídos textos que em seus títulos especificassem ou restringissem a somente uma área de conhecimento como “educação física” ou focassem em apenas um tipo de deficiência, como “autismo” ou “paralisia cerebral”, tendo em vista que não é o que se tem como objetivo nesse trabalho.

Após esse filtro, foram selecionados 15 artigos os quais foram realizadas as respectivas leituras de seus resumos, sendo selecionados 8, e descartados os 7 que não apresentaram os critérios estabelecidos anteriormente, pois apesar de terem alguns dos descritores no resumo, a temática proposta para o texto foge da que aqui se pretende abordar.

E, após a leitura completa dos artigos selecionados, foram escolhidos 6 para a realização desse trabalho, sendo um excluído por abordar durante seu desenvolvimento os desafios da inclusão voltada para o aluno com deficiência no ensino superior, o que não é aqui o objetivo.

5 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

As autoras Christianne Souza e Eniceia Gonçalves Mendes realizaram um trabalho sobre a pesquisa-ação colaborativas desenvolvidas na área da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, no período de 2008 a 2015, e trazem os resultado obtidos no artigo Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. Os resultados por elas apresentados são na perspectiva de: ensino-aprendizagem; atuação docente; formação de professores; e formação de outros profissionais da escola e da saúde que atuam em parceria com a escola. (SOUZA e MENDES, 2017).

No processo de ensino-aprendizagem as autoras trazem como resultado que o coensino é um método favorável no processo de inclusão, porém o desafio encontrado é o professor entender seu papel de mediador em sua atuação com os alunos. Em relação a atuação docente, as autoras apontam que a ausência de espaços físicos adequados implicam diretamente na atuação do docente, tornando-se um desafio.

Dentre esses espaços é citado sobre as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que não conseguem atender a todas as demandas. Já no que tange a formação de professores, as autoras ressaltam sobre a importância da formação continuada na inclusão, além de domínio das tecnologias, afim de que possam explorar melhor os recursos disponíveis. E por fim, elas trazem sobre a formação de outros profissionais da escola e da saúde que atuam em parceria com a escola, ressaltando a importância de se trabalhar em parcerias e de forma transdisciplinar, enfatizando também sobre a importância da participação familiar nas atividades escolares. (SOUZA e MENDES, 2017).

O artigo *Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa* das autoras Naiane Cristina Silva e Beatriz Girão Enes Carvalho, nos traz uma revisão sobre quais são os facilitadores e as limitações do processo de inclusão escolar no Brasil na visão dos professores.

As autoras concluem que

Os estudos mostram a necessidade de olhar para todos os âmbitos da educação inclusiva, tendo a necessidade de verificar e modificar questões não apenas didáticas (recursos e estratégias de ensino), como também estrutural (ambiente interno e externo da instituição), levando-se em conta a diversidade de casos e especificidades de cada aluno com necessidade educacional especial. (SILVA; ENES, 2017, p.10)

Outro ponto interessante é quanto ao conhecimento que esses professores possuem como bagagem sobre as políticas educacionais especiais, muitos desconhecem, o que implica diretamente na execução da docência. Sendo essa uma consequência da objeção do poder público em fornecer uma capacitação eficaz para esses profissionais.

Para Silva e Enes (2017) a ausência de uma formação continuada, a falta de incentivo do poder público e uma formação inicial prejudicada no que diz respeito da inclusão, nos faz pensar em como a especialização implica no trabalho da educação especial. Para as autoras se não há bons profissionais, conseqüentemente o trabalho não tende a ser bem executado, uma vez que o professor não terá conhecimento sobre as especificidades do aluno, podendo dessa forma aumentar o índice de evasão escolar.

Deve-se avaliar também como se dá essa formação inicial nos cursos de Pedagogia, que muitas das vezes não supre todas as necessidades dos docentes ou que no mínimo norteiem suas práticas. O artigo *A Educação Especial na Formação*

de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia das autoras Cláudia Alves Rabelo Pereira e Selva Guimarães, nos traz uma importante discussão acerca da formação dos docentes no que se refere a educação especial trazendo resultados de uma pesquisa realizada nas Universidades Federais de Minas Gerais. Seus estudos indicam que “predomina uma limitada atenção específica e efetiva para atender às demandas do contexto atual, especificamente do público alvo da educação inclusiva” (PEREIRA; GUIMARÃES, 2019, p.13). E, dentre essas universidades estudadas as autoras apontam que não existe um padrão de disciplinas ofertadas voltada para a temática educação especial e inclusão, sendo esse um grande obstáculo na formação.

Contudo, não devemos nos prender a somente o processo de formação do docente como sendo na graduação, apesar desse ser considerado o ponta pé inicial, pois a “formação do professor não se encerra em uma formação inicial e básica, nem mesmo em capacitações continuadas, pois é um processo dinâmico e permanente. Assim sendo, deve ocorrer a reflexão contínua sobre sua prática profissional”. (VIEIRA; OMOTE, 2021, p.8)

Há também que se considerar que deve-se existir um processo interno de desconstrução das representações sociais sobre o papel do professor e sobre o que significa ensinar em uma escola inclusiva, não é apenas uma questão de nova abordagem teórico-metodológica ou acadêmica. (GLAT, 2018). Até porque existe uma realidade de desvalorização à docência, sobrecarga de trabalho (professores trabalhando em dois a três turnos) o que torna essa questão ainda mais complexa e frustrante colocando em questão a capacidade do professor.

Portanto, o artigo As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática das autoras Paula Maria Ferreira de Faria e Denise de Camargo nos traz discussões sobre as emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar, no âmbito do Ensino Fundamental. (FARIA E CAMARGO, 2018) O que nos convida a fazer uma reflexão: como fica o emocional dos professores perante a toda essa responsabilidade? Surge neles um sentimento de fracasso e incapacidade?

São reflexões que devemos fazer afinal, a prática docente já é desafiadora, e a educação inclusiva requer ainda mais conhecimento e especializações para ser colocada em prática. Acerca dessa discussão, sobre as emoções docentes, as autoras nos apontam a ausência de estudos que demonstrem esse estado, revelando

“a carência de estudos na área e a premente necessidade de pesquisas que compreendam o professor e o trabalho pedagógico como um todo indissociável entre ações, pensamentos e emoções.” (FARIA; CAMARGO; 2018, p.8).

Em síntese, após as reflexões acima trazidas pelos artigos da Revista Brasileira de Educação Especial, entendemos o quão poucas ainda são as práticas voltas para inclusão nas escolas de ensino regular e os diversos desafios encontrados no cotidiano dos alunos com deficiência, docentes e estrutura escolar. E, que as políticas públicas voltadas para a inclusão existentes nem sempre são colocadas em prática, além de serem insuficientes quando inseridas no contexto escolar sem recursos didáticos que favoreçam o aprendizado e uma melhor capacitação profissional que de fato supra as necessidades específicas dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as políticas públicas em prol da inclusão nas últimas décadas aumentaram, sendo esse um fator extremamente benéfico na construção de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Sobretudo legislações como a Constituição de 1988 e a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva em 2008, porém ainda sim encontramos desafios para a inclusão desses alunos no ensino regular.

Após análise dos artigos da Revista Brasileira de Educação Especial no período de 2017 a 2021, notamos uma série de desafios ainda presentes, dentre eles: os espaços físicos das escolas, a adaptação dos mesmos visando maior acessibilidade, a ausência das SRM e sobretudo a situação docente, sua formação inicial, bem como a pouca oferta de disciplinas voltadas a educação especial ainda na graduação e sua formação continuada, a sua prática dentro das salas de aula do ensino regular, ausência de recursos didáticos e a desvalorização/ sentimento de incapacidade que os afeta emocionalmente.

A educação especial continuará sendo um desafio se as práticas de inclusão escolar não forem repensadas. Desde a um maior investimento por parte do governo, nas escolas e na formação docente, como ao interesse do docente em buscar se profissionalizar. É necessário também um trabalho em conjunto com a comunidade escola e família afim de desconstruir a visão estereotipada de que alunos com deficiência não são capazes de frequentar essa modalidade ensino, afinal “o aluno da

escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais” (MANTOAN, 2015)

REFERÊNCIAS

- BRASIL, [Constituição da República Federativa do Brasil](#) de 1988.
- BRASIL, decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.
- BRASIL, Lei nº [13.146](#), de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 4024/1961.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9.394/1996.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.
- FARIA, Paula Maria Ferreira de e CAMARGO, Denise de. **As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática** 2 2 Apoio Financeiro: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)/CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) - Bolsa de Mestrado. . Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2018, v. 24, n. 2.
- FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **Os efeitos da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Direito Internacional e no Brasileiro**.
- GLAT, Rosana. **Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar**1. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2018, v. 24, n. spe.
- GONÇALVES, Enicéia Mendes. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler e LIMA, Norma Silvia Trindade de. **Notas sobre inclusão, escola e diferença**. ETD [online]. 2017, vol.19, n.4, pp.824-832.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo e GUIMARÃES, Selva. **A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2019, v. 25, n. 4, pp. 571-586.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. _____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v.11, n.1, p.83-89, 2007

SILVA, Naiane Cristina e CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2017, v. 23, n. 02

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de e MENDES, Eniceia Gonçalves. **Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2017, v. 23, n. 02.

VIEIRA, Camila Mugnai e OMOTE, Sadao. **Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2021, v. 27, e0254.